

CIDADANIA COMO ETICIDADE ENCARNADA

Etnografia da Patrulha Maria da Penha de Natal-RN¹

Andressa Lídicy Morais Lima
UnB/Brasil

RESUMO

O presente trabalho toma como ponto de partida as experiências sensoriais de mulheres em situação de violência doméstica assistidas pela Patrulha Maria da Penha de Natal-RN durante a pandemia de Covid-19. Busquei inicialmente apreender os sentidos e sentimentos morais que expressam experiências de sofrimento, mas também de solidariedade e reconhecimento intersubjetivo entre mulheres assistidas pela PMP. Ao longo da pesquisa etnográfica a reflexão antropológica baseada nas histórias das mulheres em situação de violência permitiu ampliar o conhecimento acerca dos impactos e do crescimento desse tipo de violência durante o isolamento social de forma tão expressiva, como destacado em outro lugar (Morais-Lima; Moraes, 2020). Considero que além daqueles danos mais diretamente ligados à saúde física da mulher, a violência doméstica deixa marcas subjetivas negativas na autoconcepção que elas têm de si mesmas impingindo um “*continuum sofrimento social*” (Morais-Lima, 2020; 2022). Com efeito, os maus-tratos físicos ferem a autonomia corporal da mulher, resultando em sérios danos emocionais na autoconfiança elementar de uma pessoa (Honneth, 2003). Soma-se aos danos na autoconfiança pessoal, um segundo conjunto de danos causados pelas experiências de rebaixamento expressas em termos ofensivos dirigidos contra a mulher que é vítima de violência doméstica. Esses termos que podem ser agrupados nas categorias ofensa e degradação violam a pessoa em sua dignidade e deixam sérias lesões naquela dimensão subjetiva que constitui a sua autoestima, o que resultaria na incapacidade emocional de se referir a si mesma como alguém dotada de valor junto aos outros, comprometendo a “*substância moral da pessoa digna*” (Cardoso de Oliveira, 2011). Agora, orientada pela “*virada afetiva*” (Clough, 2007; Weid, 2018), submeto a categoria cidadania a uma investida etnográfica que explora a relação intersubjetiva entre mulheres assistidas pela PMP e mulheres patrulheiras procurando evidenciar o sentido prático (corpóreo) de cidadania que emerge dessa relação. E assim exploro uma análise das moralidades compartilhadas que não se encerram na dimensão de uma “*eticidade corporificada*”, isto é, institucional, mas conforme veremos essa experiência relacional se realiza numa interação intersubjetiva que pode ser lida nos termos de uma “*cidadania como eticidade encarnada*”. Nesses termos, a assistência pode ser compreendida por aquelas que vivenciam como um enraizamento carnal da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Violência doméstica; Cidadania; Pandemia de Covid-19.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos recursos concedidos para realização da referida pesquisa.

Introdução

Em dezembro de 2019, a cidade Wuhan, na China, vivenciou uma explosão de casos de adoecimento de pessoas por causa de um tipo incomum de pneumonia², numa rapidez considerada extraordinária pela comunidade científica, governos e agências multilaterais. Logo, os casos de infecção passaram a se multiplicar, transcendendo as fronteiras nacionais da China e alcançando também outros países da Ásia, Europa Ocidental e do Atlântico Norte. Quase três meses depois dos primeiros casos de infecção comunitárias relatadas na China, o novo vírus se espalhou pelo mundo inteiro e levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar a pandemia de Covid-19, nome dado a doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2) em 11 de março de 2020.

Reconhecida a pandemia de Covid-19, governantes dos mais diversos países do mundo passaram a adotar estratégias com foco na contenção da circulação do vírus, o que logo também resultou na adoção da política de isolamento social como principal política pública de contenção adotada nos países ocidentais³. O próprio Michael Ryan, diretor executivo da OMS justificou a necessidade de isolamento social nos países com transmissão comunitária como a melhor estratégia para se conter o novo vírus, já disseminado nas ruas, numa tentativa de impedir que também fosse levado para dentro das famílias em suas residências. Desde então, o Brasil, país também afetado pela pandemia de Covid-19, tem adotado a política de distanciamento social. Porém, como todas as epidemias do passado, também a atual crise de Covid-19 tem produzido consequências para além daquelas que dizem respeito mais diretamente à saúde coletiva (Morais Lima e Moraes, 2020; Oliveira *et al*, 2020; Torres Silveira, 2011).

Há um entendimento de que a pandemia de Covid-19 também tem consequências econômicas e sociais diferentes entre as classes sociais, dadas as condições diferenciais de acesso à saúde, saneamento, educação, moradia e emprego. Além disso, fenômenos como a desigualdade social e a pobreza, problemas seculares em nosso país, afetam de maneiras distintas a vida e o modo de se vivenciar o isolamento social. Um grupo particular de consequências sociais relacionadas às

² O primeiro alerta da Organização Mundial de Saúde (OMS) foi dado nesse dia. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 11 ago. 2022.

³ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

desigualdades extremas têm despertado atenção da opinião pública nacional e diz respeito às situações de exposição de risco, às vulnerabilidades e violações de direitos. Como têm sublinhado cientistas sociais e economistas, o isolamento social é vivido com maior drama e sofrimento social pelas populações mais vulneráveis da sociedade brasileira. Além da urgência econômica em face da escassez de recursos materiais que garantam os mínimos vitais, os populares vulneráveis em situação de distanciamento social enfrentam ainda situações de violência, dor e sofrimento.

Com o isolamento social, por exemplo, o Brasil tem assistido a uma explosão de denúncias de violência doméstica, decorrentes da prolongada convivência familiar imposta pela pandemia do coronavírus. Um efeito colateral da pandemia sobre a vida e bem-estar das mulheres, e que tem provocado debates entre autoridades e a opinião pública. Estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Norte observam aumentos significativos nos números de violência doméstica desde que se iniciou o isolamento social. Em São Paulo, por exemplo, se observou um aumento de 44,9% de mulheres que viveram experiências de violência doméstica. No Rio de Janeiro ocorreu um aumento de 50% dos casos de violência doméstica e no Rio Grande do Norte, houve um aumento ainda mais surpreendente, onde foi registrado 260% no mês de abril no ano de 2020. E essa não é uma realidade exclusiva das cidades brasileiras, mas uma tendência observada no mundo todo, conforme alertas públicos dados por agências de notícias da Organização das Nações Unidas.

Bevilacqua (2020) também destacou que as autoridades não têm conseguido responder adequadamente ao problema do aumento da violência doméstica no contexto da pandemia, deixando evidente a necessidade de produção científica qualificada que possa desenhar cenários e políticas públicas para enfrentar o problema. De fato, o crescimento da violência doméstica durante o isolamento social tem sido tão expressivo que causou a mobilização de agentes governamentais – a exemplo do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) - e de organismos multilaterais como a ONU Mulheres.

É necessário considerar também que além daqueles danos mais diretamente ligados à saúde física da mulher, a violência doméstica deixa marcas subjetivas negativas na autocompreensão que as mulheres têm de si mesmas impingindo um *continuum* sofrimento social memoriado no corpo das mulheres (Morais-Lima, 2020). Com efeito, os maus-tratos físicos ferem a autonomia corporal da mulher, resultando em sérios danos emocionais na autoconfiança elementar de uma pessoa (Honneth, 2003). Se

soma aos danos na autoconfiança pessoal, um segundo conjunto de danos causados pelas experiências de rebaixamento expressas em termos ofensivos dirigidos contra a mulher que é vítima de violência. Esses termos que, ainda segundo Honneth (2003, p. 216-217), podem ser agrupados nas categorias ofensa e degradação, violam a pessoa em sua dignidade e deixam sérias lesões naquela dimensão subjetiva que constitui a sua autoestima, o que resultaria na incapacidade emocional de se referir a si mesma como alguém dotada de valor junto aos outros, desse modo, comprometendo *a substância moral da pessoa digna* (Cardoso de Oliveira, 2011).

A partir dessas considerações iniciais abordarei um dos casos colhidos durante pesquisa etnográfica realizada com a Patrulha Maria da Penha de Natal-RN durante a pandemia de Covid-19. Meu primeiro movimento textual é a apresentação da história de vida de minha interlocutora Janice, nome fictício, em seguida passarei a discutir duas dimensões conceituais sobressalentes da experiência de ser assistida pela PMP-Natal, a saber, a noção de cidadania a partir das contribuições de Cardoso de Oliveira e um deslocamento etnográfico que acontece a partir das minhas interlocutoras, quando passam a articular um sentimento e um tipo relacional experimentado com os objetos do contexto da violência vivida, momento em que trarei algumas considerações sobre a virada afetiva, sobretudo orientada pelas contribuições de Patricia Tricinetto Clough (2007), Olivia von der Weid (2018) e Monique David-Ménard (2022). Encerrando o artigo com minhas considerações finais.

“Eu vivia dentro do vale dos ossos secos”

Em março de 2022 as fortes chuvas trazidas por São José me colocaram às dez da noite numa viatura da Guarda Municipal de Natal-RN com uma equipe da Patrulha Maria da Penha, acompanhada de patrulheiras e patrulheiros faríamos uma visita a quem vou chamar aqui de Janice, moradora recém-chegada ao bairro do Planalto. Mulher negra, 33 anos, com ensino médio completo, trabalha no estoque de uma loja de roupas e sem carteira assinada, seu trabalho lhe rende em média R\$ 600 reais por mês. Descontados os vales transportes, Janice calcula que fica com quinhentos reais. Ela mora em um pequeno kit net com sala, cozinha, um banheiro e dois quartos, compartilha o espaço com a sua mãe, uma senhora de 65 anos, sua irmã mais nova com 30 anos e o filho dela, sobrinho de Janice, com 5 anos. Juntas, Janice, sua mãe e irmã passaram a receber auxílio emergencial durante a pandemia de Covid-19.

Ninguém sabe até quando. Isso é uma das coisas que me deixa mais apreçada, pois querendo ou não isso me deixa no lugar do homem da casa. Minha mãe não tem uma renda fixa, não tem aposentadoria, depende desse auxílio e ninguém sabe até quando. Minha preocupação maior é essa e eu procuro viver o hoje, o amanhã a Deus pertence (Entrevista concedida em março de 2022).

A instabilidade econômica é vivida por Janice como fonte de angústia e preocupação, por um lado esses sentimentos se manifestam como consequência social de uma vida marcada pela pobreza, por outro lado há dimensões simbólicas que atravessam Janice e ampliam o patrimônio de emoções articuladas a partir do que ela chamou de “*medo de morrer como uma vítima de feminicídio*”.

A gestão econômica da casa está na responsabilidade de Janice, ela reforça que esses valores são em maior parte destinados à saúde da sua mãe que vive com problemas de coração e saúde mental, todos os remédios são comprados pelas filhas. Janice conta que vem de uma família pobre, evangélica, que viveu a maior parte da infância morando em barracos no bairro do Bom Pastor, outro bairro da periferia de Natal. Mais tarde Janice e sua família mudaram-se para os Guarapes quando tiveram oportunidade num programa de reassentamento e moradia popular. Ela foi beneficiada porque morava em um barraco que estava comprometido pelas chuvas, tendo laudo e recomendação da defesa civil para desocupação imediata da família de Janice (sete pessoas dividiam o barraco).

A vida parecia trazer um horizonte mais animador para a família no momento em que ganharam a sonhada casa própria. Após a mudança, feliz com a possibilidade de viver uma nova vida numa casa com estrutura, Janice conta que mal sabia o que encontraria naquele novo lugar. Foi no novo bairro que ela conheceu seu ex-marido, 35 anos, um homem branco, comerciante de sapatos, com ensino médio completo. Juntos eles tiveram um filho, hoje adolescente com 15 anos.

Janice relembra como se deu a aproximação do casal, eles se conheceram na escola quando ela passou a frequentar à noite contrariando o pai, pois ela era uma menina muito nova à época e o bairro parecia inseguro para ela aos olhos de seu pai. O pai de Janice era um homem muito rígido e ela deixou isso claro para o então namorado. O pretendente a namorado pediu em namoro ao pai, embora não quisesse a filha namorando decidiu por autorizar prevendo alguma segurança para acompanhar Janice nas idas e vindas escola. Por outro lado, o pai de Janice sabia que Valdo já tinha

agredido a ex-mulher, com quem tinha um filho pequeno. A vizinhança informava tudo sobre Valdo e a família recém-chegada ao bairro só foi tomando conhecimento aos poucos. Na época não havia Lei Maria da Penha ou sequer discutia-se com afincos violência doméstica para fora do espaço privado com as informações e a rotina de assuntos que virou hoje em dia. Para Janice, o pai mesmo conhecendo narrativas sobre Valdo estava convencido de que havia “*certo exagero*” da ex-mulher e da vizinhança que é “*sempre fofoqueira*”.

Janice e Valdo começaram a se relacionar. Até que Valdo “buliu”⁴ com ela. Janice conta que engravidou de primeira, aos dezesseis anos, e ela “*não sabia de nada*”. A essa altura conversamos a bastante tempo, já rimos um pouco e também falamos amenidades, mas ao tocar nesse lugar de sua memória Janice começa a chorar e seu primeiro ato corporal foi levar a mão esquerda à altura dos olhos encobrindo seu olhar desanuviado em lágrimas. Havia sim alguma vergonha ali, de como se sentiu diante do pai, de como se percebeu sozinha e de como se sentia hoje em dia em flagrante reconhecimento de sua falta de informação sobre sexo, corpo, reprodução, consentimento e autonomia aos dezesseis anos.

Janice lembra que Valdo chegou para ela e disse “*você está grávida*”. A reação de Janice foi chorar. Ela narra para mim que se sentiu “*burra*” por não saber do que se tratava aquilo, então recorreu à mãe em busca de alguma orientação sobre o que acontecia com seu corpo: “*mãinha, como é que a pessoa sabe que está grávida?*”. A resposta foi: “*minha filha, porque as regras da gente não vêm mais*”. A partir desse momento Janice conta que “*despertou*”, sendo surpreendida por Valdo que diante da situação disse que iria deixá-la. O conservadorismo anunciado do pai agiu conforme a regra social que lhe orientava e diante da novidade ameaçou expulsar Janice para fora de casa, dando um mês para que ela e Valdo se casassem. Janice chora bastante lembrando do acontecido e diz que naquele momento ela já sabia que tinha alguma coisa errada, pois Valdo diante da situação “*grave*” reagiu abandonando Janice buchuda. Aquela foi a primeira memória flagrante de Janice sobre “*covardia*”.

Sem muita margem de decisão, após pressão do pai, Janice e Valdo se casaram. No início parecia tranquilo, tinham algumas discussões quando ela estava grávida, ele parecia “*revoltado com a vida*”. Na época Valdo era flanelinha. Depois que o filho nasceu Valdo começou a trabalhar, junto com o dinheiro vieram as farras. O contexto de

⁴ Bulir em linguagem popular do Nordeste do Brasil se refere ao rompimento da “pureza da mulher”, primeira relação sexual antes do casamento.

discussões passou a se transformar em um ambiente de contínuas agressões e traições, tudo isso passou a fazer parte da rotina de Janice, que sofrendo e se sentindo solitária movia-se indignada com a situação reclamando a Valdo sobre as responsabilidades que ele deveria assumir com ela e o filho recém-nascido. Daí em diante seguiu muitos anos, Valdo repetia suas ações e suas falsas desculpas, sempre dizia para Janice que mudaria, “*mas ele nunca mudava, Andressa*”.

Ele começou a farrear, raparigar, iniciando as agressões. Ele ficava pior quando bebia bebidas quentes como uísque e cachaça, mas eu nunca vi ele usar drogas, com relação a isso nunca vi. O que eu via era bebida e cigarro de mercearia. Ele prometia que iria parar, pedia desculpa, dois ou três meses depois ele voltava a fazer tudo de novo.

Aquilo contradizia a vida que Janice conheceu com os pais evangélicos, com cuidados com a família, casa limpa, atenção com os filhos, frequentando a igreja. Valdo não queria e nem se mostrava disposto a construir a casa própria, moravam nos fundos da casa da sogra. Aliás, a mãe de Valdo encobria boa parte das coisas que ele fazia com a própria Janice. Ali as relações de afeto e solidariedade familiar marcavam a linhagem e o parentesco a partir de Valdo, tornando Janice “*alguém de fora*” e com a sensação de estar sempre “*sobrando*”. Janice acreditava inicialmente que sua sogra poderia intervir sobre as malfetorias do filho, “*colocando juízo nele*”, mas logo percebeu que ali não havia como nutrir uma relação de reciprocidade, embora costumasse tratar a sogra bem e buscá-la para solicitar apoio numa tentativa de tornar a vida da família um ambiente seguro e afetuoso para o crescimento do filho. Talvez ali, como uma jovem mulher negra de classe popular Janice tenha encontrado o limite contextual do que mulheres como eu e outras costumamos chamar de *sororidade*. Suponho que a interdição sobre ela veio de variáveis como geração, parentesco e gênero. Valdo era o filho primogênito e “*preferido*”.

Janice decidiu que deveriam sair da casa da sogra, tentou e conseguiu construir a casa num terreno que o pai lhe presenteou. Como viveu muito tempo em barracos, agora Janice sabia a diferença de viver em uma casa de alvenaria. Para ela, um importante bem a ser conquistado era a casa própria. O pai de Janice também sabia o valor daquela realização e como poderia ajudar a filha a começar a própria vida. Na percepção de Janice, a mudança de lugar faria com que Valdo também mudasse, afastando-se das conviências da mãe e sugerindo que como pai de família poderia agora mover suas decisões com base na ética protestante. A mudança veio, mas de uma casa para outra.

Valdo não melhorou, como era um homem que sempre andava com arma, quando bebia ele costumava atirar para cima, fazer demonstrações públicas de virilidade chamando quem quer fosse para brigar. Janice lembra que um dia ele chegou a atirar nos pés do irmão enquanto discutiam, “*só para amedrontar. Ele era covarde*”. Mas também atirou dentro da casa da própria mãe, bêbado.

Valdo então passou a intensificar as agressões contra o corpo de Janice, agrediu na frente do filho, enquanto ela amamentava, na frente da mãe dela, na frente da sogra. Vários episódios marcam a memória de violência doméstica que Janice viveu, “*ninguém gosta de apanhar, mas eu pedia muito a Deus pra ele mudar. Achava que como meu marido eu tinha que tá lá sempre como esposa*”.

Todas as brigas aconteciam quando Valdo estava bêbado, numa dessas vezes a mãe de Janice foi até lá chamar o filho, irmão de Janice, para ir dormir em casa, pois eles estavam bebendo juntos. Valdo indignado mandou a sogra ir embora e disse “*por que a senhora não tá em casa? Vá pra sua casa*”, em seguida dá um tiro de doze para cima. Janice acorda atordoada, diante da cena de Valdo embriagado e com uma arma empunhada, rapidamente manda a mãe e o irmão irem embora. E assim ela conta que não só ela, mas a mãe, os irmãos e os vizinhos viveram todos coagidos por Valdo durante quinze anos. Ninguém denunciava Valdo porque todo mundo tinha medo dele.

Eu não sabia o que era nada. Eu não tive adolescência, isso foi roubado de mim. Não conhecia nada, camisinha, gravidez, nada. Você finda se acostumando com a ideia de que você está errada, eu não sei explicar, é muito ruim. Eu dizia: meu deus, eu tô errada? Eu não sei o que fazer. Minha mãe não tem juízo certo, eu sempre cuidei mais dela do que ela de mim. Ela sempre foi assim. Ela é como se fosse uma criança. Casei, mas nunca deixei de dar apoio à minha família. Mas Valdo não gostava, brigava, eu enfrentava, dizia ‘ninguém nunca vai me impedir de ajudar minha família’.

Janice chora muito, chora que soluça, estamos no seu quarto. Ela baixa a cabeça e o nariz escorre. Os olhos inchados de tanto chorar e o rosto vermelho. Os danos à Janice são visíveis pela sua hexis corporal - inclinada, coluna curvada, o peso da violência torce seu corpo e se impõe como uma memória corporificada. Ela percebe a gravidade da sua situação de insegurança quando o seu filho conta para ela que teve depressão, que fingia ir para escola e ficava em casa escondido, não brincava mais na rua, ficava em casa para vigiar se o pai iria bater na mãe. Nesse momento, Janice percebe que o filho estava reproduzindo a estrutura que ela viveu, perdendo a infância, a adolescência, o futuro. Uma criança de onze anos.

Até Janice decidir ir embora, sofria somatizando dores no corpo, quando dava a hora de voltar para casa após o trabalho ela narra sua percepção sensorial contando que se encolhia, gemia de dor, sentia febre só de pensar em voltar para casa. Já estamos em 2020, passaram quinze anos vivendo com a violência doméstica. Chorando Janice olha para mim desabafa:

A pior coisa é o psicológico, filha (do meio para o fim da entrevista, Janice passa a me chamar de filha). Não é você levar uma reada⁵. Meu pensamento era que ele fosse me matar, não sei, eu vivia com esse sentimento constantemente. Ele dizia no jeito. O jeito dele era como se ele quisesse me fazer o mal toda vez que me encontrava dentro de casa. O comportamento dele... A gente sente. É igual você está na rua, uma pessoa passar e você sentir que aquela pessoa vai fazer uma coisa com você. Deus faz a gente sentir tanto coisas boas quanto as coisas ruins.

Com o tempo, o medo aumentando, Janice percebia que Valdo estava ficando mais agressivo e mais perigoso. Ele bebia cada vez mais e ela passou a dormir no quarto do filho, os dois trancados. Dormiam tremendo de medo. Em 2021, no ano em que a Lei Maria da Penha completou quinze anos, durante a pandemia de Covid-19, Janice denunciou Valdo. Ela havia ido embora de casa um ano antes, disse para Valdo que só queria viver em paz e que ele fosse viver a vida dele do jeito que ele quisesse, já que durante a pandemia as agressões se intensificaram, o consumo de álcool foi aumentado e a rotina de convívio se mostrava cada vez mais tensa. Em certo momento da nossa conversa Janice conta que pedia para Valdo se cuidar, ficar em casa, proteger ela e o filho da exposição ao vírus, mas ele não se importava e dizia *“homi, isso é só uma gripizinha. Não pega em mim não, eu sou bicho ruim”*. Decidiu primeiro sair de casa. Pediu a separação e Valdo não aceitou. Ela foi para a casa dos pais, nas proximidades. Valdo constantemente aparecia para fazer bagunça, ameaçar e brigar com ela e a família. Após a separação continuava a beber e a xingar os pais de Janice, *“ele ia fazer arruaça no meio da rua, lá em frente à casa de painho”*.

Janice foi à delegacia da mulher, já separada, denunciou a perseguição de Valdo constantemente, esculhambando-a na frente da casa dos pais, invadindo a casa deles, ameaçando a família embriagado e armado. Um dia a mãe liga para ela e conta que ele invadiu a casa e estava xingando todo mundo. Aquilo *“foi a gota d’água”*. Janice então decide tomar uma nova atitude: *“Aquilo me deu uma raiva, um desespero, uma tensão*

⁵ Expressão popular comumente utilizada em Natal-RN para falar de um ato de violência (como uma cotovelada, por exemplo).

como se voltasse tudo de novo na sua cabeça. A paz que você não tem. Eu sempre tive medo e nunca tive coragem de dar parte”.

Janice sofria por se sentir responsabilizada pelo que estava acontecendo com a família, julgava a si mesma com muita frequência pensando que ela seria a responsável por trazer aquele homem para o convívio de sua família e junto com ele vir também o caos. Foram para a justiça. Havia agora muito para buscar. O divórcio saiu. Ela perdeu parte da casa. Disse que não quis brigar mais pelos bens com medo de Valdo, que ameaçou matá-la. As coisas apertaram mais financeiramente e o medo de Janice era de precisar voltar para a casa dos pais, vizinhos de Valdo. A irmã dela não trabalha. A mãe não tem condições de trabalhar. Janice repete *“isso me deixa agoniada, pensando de não ter mais dinheiro e tiver que voltar pra ali. Eu não tenho mais juízo para isso não”*. A angústia de Janice envolve o medo de que ao perder oxigênio financeiro seja obrigada a voltar para a casa dos pais, se tornar novamente vizinha de Valdo. Ela acredita que ele não vai aguentar e vai continuar *“atortentando”, “abusando”* até *“explodir e me matar”*.

Entre cidadania corporificada e cidadania encarnada

Um objeto aparentemente inerte atravessa um metro e alcança o rosto de Martina abrindo uma fissura na ponta do seu supercílio esquerdo onde qualquer pessoa pode ver o machucado. A cicatriz é um mapa da dor e um vestígio do choro que desvia o olhar em direção à cadeira. Permuta o silêncio. O silêncio que habita nós duas ali não me incomoda, reconheço aquele olhar perdido e vejo a dor na lágrima que está contida em seu olhar fixo. Em outro lugar Janice conta como seu ex-marido sacrifica de forma ostensiva a Medida Protetiva, rasgando aos menores pedaços o documento a fim de persuadi-la uma vez mais, impondo poder e medo naquele lugar, naquela relação, naquele corpo. Sempre presentes, os objetos participam dos ritos de humilhação e formam alianças com a tirania masculina sob a pele, os órgãos, os sentimentos e o modo de ser das mulheres. No entanto, em outras ocasiões, resistem e residem políticas do reconhecimento.

Além daqueles danos mais diretamente ligados à saúde física da mulher, a violência doméstica deixa marcas subjetivas negativas na autocompreensão que elas têm de si mesmas impingindo um *“continuum sofrimento social”* (Morais Lima, 2020). O que me levou a pensar sobre os diferentes agentes que se fizeram presentes nos

contextos de minhas observações. A escuta foi para mim um exercício de resgate e proximidade com experiências intensas vividas por minhas interlocutoras. Também me fez perceber outras “eticidades” para além daquelas que habitava. “Outros do reconhecimento” revelaram a mim suas existências.

Antes, me parecia convincente entender o reconhecimento como a interação ética encontrada unicamente numa comunidade humana (Honneth, 2003). Minhas interlocutoras, porém, borraram minhas certezas teóricas. Nos “mundos” dos quais elas participaram, o reconhecimento intersubjetivo ainda existe, mas não está solitário. Ao seu lado, coexistem outras formas de reconhecimento. Só consegui entender sobre essas múltiplas vidas éticas quando relativizei as certezas tácitas dos meus sentidos, quando tentei me imaginar com outras percepções, daquelas sensibilidades que se afetam diante de objetos não-humanos que participam ativamente da materialidade das relações sociais.

Foi assim, por exemplo, que compreendi a sensação iminente de morte no cotidiano de Janice, na experiência de conviver e habitar o lugar com Valdo, uma arma de fogo e objetos que aparentemente inertes poderiam materializar outras relações, provocando dor e sofrimento através de seu uso para violência. Janice descreve a sensação de calafrio quando Valdo passa por ela entre um cômodo e outro da casa, quando ela está cozinhando e ele se aproxima do fogão, quando está lavando a louça e ele pega uma faca na cozinha, ali ela sentia que estava na presença impregnada de morte, Janice diz “*eu sentia que ele queria me fazer um mal, um mal grande. Ele queria me matar diariamente*”.

A descrição dessa sensação ganha sentido para mim com uma expressão popular muito comum no interior do nordeste que dizemos assim “cuidado, o cão atenta”, para se referir ao lugar do inesperado, do revés, da experiência acidental que poderia causar uma fatalidade. Embebido em um sentido de raízes religiosas, este fragmento me conduziu aos **Outros do reconhecimento** entendendo que a relação entre sujeitos e objetos não é transparente, como adverte David-Menard (2022), mas pode ser lida como um “modo de identificação, isto é, modo de pensamento que estabelece uma identidade da interioridade entre humanos e não-humanos e uma não identidade na ‘fisicalidade’, isto é, nos corpos perceptíveis” (David-Mernard, 2022, p. 97-98).

Em minhas experiências de convívio com minhas interlocutoras fui sendo apresentada e estimulada a ver outras dimensões presentes nessa relação. Então, Janice me fala de uma arma, me fala de sua Medida Protetiva, descreve a experiência de sentir

medo que “*uma doze*” imprimia sobre o corpo dela. Mesmo que não entenda quando ela fala “*doze*”, porque aquilo não produz um significado imediato para mim, pergunto do que se trata e peço que me explique, mas ali já identificava a ameaça presente. E no momento que ela descreve os objetos e as sensações percebidas a partir deles sou levada para outro lugar da *imaginação antropológica*, parafraseando Wright Mills.

A dimensão material dessa violência impregnada sobre o corpo e os objetos está presente tanto no *insulto moral* (Cardoso de Oliveira, 2002) quanto na *vontade das coisas* (David-Menarde, 2022). Conforme argumenta Cardoso de Oliveira (2011) o insulto pode ser tão doloroso quanto uma agressão física, há materialidade na dor causada pelo insulto. As ameaças, as humilhações, os atos de fala para amedrontar fazem parte desse conjunto de ofensas e degradações morais. E acompanhando essa proposição, sou levada por David-Menarde (2022) a expandir essa materialidade da dor expressa no rasgar a Medida Protetiva, quando Valdo destrói o documento aos menores pedaços diante de Janice. O ato de rasgar, ou mesmo o ato de empunhar a arma de fogo ou de segurar uma faca na cozinha, são vividos por Janice como experiências de perigo, medo e dor. Ela sofre. Janice é afetada pela presença dos objetos que Valdo insere na sua vontade de machucar e fazer doer. Emoções e objetos conformam essa experiência coletiva de produção da materialidade das relações sociais expressas na forma da violência doméstica. Ao “sacrificar” a Medida Protetiva de Janice na sua frente, Valdo o faz para exercer poder, controle, imprimir humilhação e atualizar a ameaça e o sofrimento silencioso. Casos como o de Janice mostraram para mim relações de alteridade radical, quando mulheres passam a habitar o mundo social marcadas pelo medo que insiste em se apresentar e rememorar um patrimônio negativo de emoções na relação com objetos não-humanos.

Por outro lado, Janice descreve um valor proporcional quando narra sua experiência de ser assistida pela patrulha e aponta para a centralidade da Medida Protetiva como parte constitutiva da experiência de Ser Janice, se sentir reconhecida e deslizar de uma experiência de rebaixamento e denegação de reconhecimento para uma experiência de solidariedade, respeito e dignidade. Janice não sai de casa sem sua Medida Protetiva e conta que comprou uma pasta para guardar todos os documentos e outra para colocar cópias de sua Medida Protetiva “*eu ando de mochila com todas medidas protetivas dentro dela e os BO’s também, para onde eu vou elas vão comigo*”.

A observação etnográfica me fez notar que portar a Medida Protetiva é um modo de vivenciar com este objeto a busca pelo efeito do “mana” com a justiça, isto é,

“substância da qual a magia é feita”, segundo Mauss, criadora de um elo social. A partir disso, examino como os objetos podem vincular moralidades, sensações e, mais, reconhecimento.

As experiências sensoriais compartilhadas pelas minhas interlocutoras em relação à Medida Protetiva, em primeiro plano, e às patrulheiras, se consolidam como um interesse particular, pois encontrei a cidadania sendo vivida como uma “eticidade encarnada”. A força sobre da criação desses vínculos sobre os quais fala Mauss se expressa nessa relação de co-existência com esse objeto, quando todas relatam que andam com a MP nas suas bolsas ou que tem cópias em celular, se referem ao sentimento de se sentirem respeitadas ou reconhecidas por efeito “mágico” da justiça contida naquele objeto.

Orientada pela “virada afetiva” (Clough, 2007; Von der Weid, 2018) e pelas “novas ontologias” (David-Ménarde, 2022) enxerguei na Medida Protetiva um agente. As patrulheiras esticavam a noção de cidadania pelo movimento de escuta e pela troca de dores e sofrimentos compartilhados nos atendimentos, algo que já havia percebido em etnografia anterior (Morais-Lima, 2020; 2022). Mas o reconhecimento pode não estar encerrado em relações exclusivamente “intersubjetivas”, as relações entre humanos e não-humanos, seja através da Medida Protetiva ou da arma de fogo, emergem como agentes desses contexto de relações que constituem outras materialidades e eticidades.

De modo resumido, sustento que as experiências de violência vividas pelas minhas interlocutoras envolveram a co-agência de humanos e não-humanos, assim como o engajamento de uma coletividade no reestabelecimento da noção de dignidade. Com efeito, os casos estudados em minha etnografia apontam para a necessidade de uma atualização na teoria do reconhecimento, acrescentando registros “animistas” tanto nas relações de desrespeito quanto nas práticas de reconhecimento de imputabilidade moral. O que me levou a pensar sobre os diferentes agentes que se fizeram presentes nos contextos de minhas observações.

Escutar as mulheres pareceu sempre uma boa maneira de entender os processos sociais que estava observando. Embora outras formas de dar sentido estivessem lá, foi somente nesta etnografia que o que estou chamando de **Outros do reconhecimento** ganharam sentido etnográfico renovando o meu olhar. É claro que estou partindo do conceito de reconhecimento em sua articulação de base hegeliana, onde se afirma que Ser é ser reconhecida/o. Um tipo de reconhecimento que se expressa de modo relacional

em diferentes contextos situacionais, mas sempre pressupõe uma relação de alteridade entre sujeitos. Assim, o reconhecimento se realiza no trabalho, no desejo e também na linguagem. Mas para a tradição hegeliana, esse reconhecimento só é visto na sua dimensão antropocêntrica, isto é, são sempre sujeitos humanos que experimentam essa unidade relacional do “reconhecimento”. É assim em Hegel, é assim em Honneth. A experiência com minhas interlocutoras deslocou meu olhar para um outro tipo relacional aquele no qual os objetos ganham interesse.

Partindo de Karl Marx e suas considerações sobre o fetichismo da mercadoria sou movida pela ideia que concebe essa relação em termos de opacidade⁶, relação que os seres humanos mantêm com os objetos não-humanos (na forma mercadoria) é uma relação que oculta ou mascara as relações sociais, tudo é reduzido ao sentido negativo dessa relação. Que enxerga os objetos como matéria inerte e fonte de reificação.

Por outro lado, Marcel Mauss (1924) me faz pensar sobre as relações sociais a partir das trocas que ocorrem sempre mediadas por coisas. Em Mauss os sistemas de trocas Kula ou Potlatch forjam relações sociais, assim a materialidade das relações sociais é reafirmada e mesmo inovada, uma vez que as trocas permitem forjar novas alianças.

Se a arma de fogo ou medida protetiva sugerem um elo para um tipo de materialidade relacional, é com Anette Weiner e o sistema Dala que me aproximo das teorias da reciprocidade para pensar que nas relações entre Janice, mulheres assistidas, e as patrulheiras, profissionais da Patrulha Maria da Penha de Natal-RN. As trocas ganham outro lugar pois nessa relação são as mulheres entre si que exercem a troca, concordante com Weiner, Claude Lefort e Luc Boltanski, essas trocas lembram antes de tudo que a mulher não é objeto, mas sim agente. Elas se deslocam de uma relação social de denegação de reconhecimento experimentada no ambiente familiar e doméstico, onde vivenciam violência doméstica sobre seu corpo e sua subjetividade, para experimentar em atendimentos com as patrulheiras uma relação de reconhecimento e expressam o sentimento de “*se sentir cidadã*”.

Os limites da sororidade apontados por Janice em relação à sogra, me obrigam a olhar para outras direções a partir de Vilma Piedade (2017) e seu conceito de dororidade. Com a finalidade de impulsionar uma virada pós-colonial na relação de reciprocidade entre mulheres, Piedade evoca tal conceito para demarcar a especificidade da reciprocidade entre mulheres negras da diáspora.

⁶ Marx pensa isso em 1867, Livro I do Capital.

Ao abordar essas relações quero aproximar o conceito de dororidade e da dádiva para repensar a materialidade das relações sociais na perspectiva da virada afetiva. Não são apenas humanos entre si que constituem relações sociais, a Medida Protetiva, a arma, o colete, a farda, a faca ou a comida e tantos outros objetos descritos por minhas interlocutoras ganham sentido e status ontológico sobre a materialidade das relações sociais naqueles contextos. Entendo a dororidade como uma forma de linguistificar a dor experimentada pelas mulheres e que envolve também trocas e compartilhamento de afetos recíprocos.

A partir disso penso corpos que se afetam mutuamente através da circulação de emoções, sensações e objetos. Na dimensão não-humana o corpo é afetado na forma de inibições, choros, soluções, gestos de encobrir os olhos, curvar a coluna, prender ou soltar os cabelos, na sensação de botar um peso para fora do corpo (que peso é esse, você pode pensar), o peso do machismo, do racismo, do sexismo das práticas de violência cujos agentes podem ser humanos (os agressores) e também não-humanos (os objetos).

Em outro lugar pensei a dororidade como uma troca de dádivas entre mulheres negras cujo conteúdo são as emoções e as experiências sensoriais ou afetos trocados mediante o compartilhamento que se localiza na diáspora, destacando sobretudo a dimensão racial e o conteúdo negativo que o racismo produz para desigualar e oprimir e como mulheres negras diaspóricas ao trocar dores cultivam e introduzem novas formas de afeto, sentimentos de pertença e formas de vida marcadas por lutas sociais e práticas de liberdade (Allen, 2015; Hooks, 2018).

Agora o estudo das relações sociais a partir da etnografia com a PMP à luz da virada afetiva me permitiu compreender a diversidade de agentes no contexto pesquisado. Os **Outros do reconhecimento** se inscrevem, por exemplo, na medida protetiva. Por sua vez, Monique David-Menard (2022) me permite refletir que o reconhecimento também pode se dá a partir de objetos, nas relações com humanos e não-humanos. As coisas podem e participam das relações de produção do reconhecimento e também de sua negação. A Medida Protetiva é, nesses termos, um objeto que em relação articula reconhecimento e estima social para mulheres em situação de violência, o objeto flexibiliza e amplia as abordagens intersubjetivas revelando aspectos do reconhecimento que pareciam inertes.

A “*virada afetiva*” (Clough, 2007; Weid, 2018), me faz flexibilizar o entendimento sobre a cidadania que explora a relação intersubjetiva entre mulheres

assistidas pela PMP e mulheres patrulheiras, momento em que Janice me diz que “se sente apoiada e que jamais recebeu um apoio assim”, o sentido prático (corpóreo) de cidadania emerge dessa relação. E assim exploro uma análise das moralidades compartilhadas que não se encerram na dimensão de uma “*eticidade corporificada*”, isto é, institucional, mas conforme percebo na narrativa da Janice essa experiência relacional se realiza numa interação intersubjetiva que pode ser lida nos termos de uma “*cidadania como eticidade encarnada*”, quando apenas Janice experimenta o sentimento de aprendizado moral compartilhado na experiência do atendimento, mas isso também é articulado pelas patrulheiras que passam a ser afetadas pelas experiências compartilhadas. Nesses termos, a assistência pode ser compreendida por aquelas que vivenciam como um enraizamento carnal da cidadania.

A virada afetiva conjuga emoções e materialidade, quando Valdo rasga a Medida Protetiva de Janice aos menores pedaços ou quando ele pega sua arma doze, remove do cós da calça e empunha seja ao alto ou na mira de alguém os agentes ali não são mais Janice e Valdo, mas também a Medida Protetiva e a Arma de fogo. O lugar do ser afetada para Janice se move da experiência de localização de força coercitiva de Valdo combinada com a força da Arma de fogo. Não é só Valdo, é também a arma. Janice se vê emulada por Valdo e pela arma, assim como acontece quando Valdo rasga a Medida Protetiva, ele vítima Janice e o objeto, ele destrói. Rasgar a Medida Protetiva ou empunhar a Arma de fogo produz consciência em vez de alienação em Janice. Ao ver a agressão dirigida ao objeto, Janice produz superação da alienação, move Janice em direção à luta por reconhecimento.

Naquele lugar o reconhecimento é identificação. E não se dá apenas por aquilo que é visível, uma marca da violência sobre o corpo de Janice, por exemplo, mas pela relação de alteridade radical experimentada no ser afetada pela experiência do que se realiza com os objetos presentes no contexto, da Medida Protetiva rasgada e da arma empunhada e mirada em direção a ela, isto é, a experiência se dá numa alteridade radical e multiespécies.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa etnográfica a reflexão antropológica baseada nas histórias de vida das minhas interlocutoras permitiu ampliar o conhecimento acerca dos impactos e do crescimento desse tipo de violência durante o isolamento social de forma tão expressiva, como destacado em outro lugar (Morais-Lima; Moraes, 2020). Conforme articulei acima, a denúncia de Janice desencadeou uma série de mudanças, no momento em que foi informada pelo juiz de que poderia receber assistência da Patrulha Maria da Penha de Natal-RN.

Janice decidiu aceitar a sugestão, e assim que o caso chegou por recomendação do juizado, as patrulheiras se dirigiram para o local para iniciar o acompanhamento. É nesse momento que emerge a categoria “cidadania”, pois Janice reforça em sua narrativa a presença e a assistência que recebe constantemente através de ligações e visitas das patrulheiras. Para Janice, as patrulheiras são os “*olhos da justiça*” e a partir disso ela articula o sentimento de “cidadania” quando expressa que “*se sentiu uma cidadã*”. A abordagem das patrulheiras da operação é descrita por minha interlocutora como algo “*extraordinário*”, no que se refere ao tratamento recebido por uma agente do Estado, por uma profissional da Segurança Pública.

Na verdade, a cidadania é encarnada na experiência de reconhecimento que emerge de uma relação multiespécies. A patrulheira é sempre outra mulher naquele lugar e sua presença ali levanta indagações sobre essa experiência de um tipo de relação que surge naquele processo de se refazer emocionalmente e como cidadã, com suporte e presença do Estado, que em outros contextos se mostrava ausente e representava abandono. A cidadania ganha precedência no momento em que Janice articula que as suas experiências frustradas de apoio, afeto e respeito são encontradas em uma nova relação social, pois foram as profissionais da PMP com as quais aprendeu a desenvolver um outro tipo de laço social, “*eu nunca imaginei que teria um apoio assim. Elas sempre me trataram muito bem, perguntam como é que eu estou e acompanham a minha medida protetiva*”.

No sentido prático, do mundo vivido, Janice narra como vai construindo um sentido de cidadania a partir da experiência de “*estar patrulhada*”. Nesse caso, ter “*olhos da justiça*” sobre si é vivido como uma relação de segurança, proteção e, mais, reconhecimento. Se conforme vimos em sua narrativa, viver a experiência de denegação de reconhecimento diante da situação de violência doméstica com seu marido e sua sogra, agora Janice experimenta um novo tipo social de relação, aquela em que o medo,

a insegurança, o desespero e o silêncio são confrontados para romper um padrão e estruturas que se reproduzem sobre a vida social.

Sentir-se assistida é assim experimentar por um lado uma nova relação com o Estado, com o direito e com a justiça, instituições da vida social que aprendemos a nomear como detentoras de uma possibilidade de articular o sentimento compartilhado de “ser cidadão”, através dos seus objetos e formas de governo presentes no mundo cívico.

No entanto, quando escuto novamente Janice reparo na “qualidade da relação” encurtando distâncias sociais entre uma profissional da segurança pública e uma assistida, mas deixando entrever que ali constitui outro movimento relacional interessante. Na experiência de particular de pertencer a um grupo social vulnerável, Janice buscava, no sentido articulado por Axel Honneth (2003), isto é, relações de estima social.

Janice conta que nunca se negou a nada, desde que denunciou não desistiu, não voltou atrás e buscou atender todas as demandas da justiça. E exatamente por isso faz o que pode para receber a Patrulha, ir às audiências, prestar os depoimentos. Comparece em todas as instituições da rede quando chamada e enfatiza “*para que isso não venha a acontecer com mais ninguém*”. Para Janice “*a Patrulha ajuda as mulheres a ter força, tomar posição, ir atrás, ter coragem e sentir segura*”.

A patrulha se mostrou fundamental para Janice em momentos de vulnerabilidade, pois as visitas e a assistência foram vividas por ela como uma relação de solidariedade e atenção, reconhecimento, que ela disse jamais ter recebido de outra pessoa, “*as patrulheiras deram apoio e força*”. Janice passou a se sentir mais segura, encorajada e disposta a lutar por um mundo onde outras mulheres não vivam o sofrimento que ela passou. Por entender que escapou de um feminicídio várias vezes e se referindo ao fato de viver uma vida marcada pelo sofrimento e pela dor causadas pela violência doméstica, Janice encerra nossa entrevista dizendo “*eu vivia dentro do vale dos ossos secos*”.

REFERÊNCIAS

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

- CLOUGH, Patricia Ticineto. Introduction. *The Affective Turn: Theorizing the Social*. In: **The affective turn: Theorizing the social**, Duke University Press, 2007, p. 4-8.
- DAVID-MÉNARD, Monique. **A vontade das coisas: o animismo e os objetos**. São Paulo, SP: Editora Ubu, 2022.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva (1925). In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phénoménologie de la perception**. Paris: Gallimard, 1945.
- MORAIS-LIMA, Andressa L. “ANJOS DA GUARDA”: A Patrulha Maria da Penha de Natal-RN no enfrentamento à violência doméstica. In: **Tópicos sobre Gestão e Políticas Públicas**, Reginaldo N. Costa, Kelma M. V. Cardoso (orgs.). Fortaleza: Editora Encantos, 2022.
- _____. **Azul Profundo: Etnografia das práticas de advocacia feminista e antirracista na Bahia**. 447f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
- MORAIS-LIMA, Andressa L.; MORAES, Lorena L. de. A pandemia de Covid-19 na vida de mulheres brasileiras: emergências, violências e insurgências. **Revista Interlegere**, v. 3, n. 28, p. 1-11, 2020.
- PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. 1. Ed. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- VON DER WEID, Olivia. Entre as linhas da cegueira. In: **Novas Antropologias**. São Paulo: Annablume, 2018.
- WEINER, Anette. **Women of Value, Men of Renown. New Perspectives in Trobriand Exchange**. Austin, University of Texas Press, 1977.